

ACM propõe um mutirão nacional contra a pobreza

Discurso em plenário lotado marca a apresentação da proposta de emenda constitucional que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, cujo objetivo é resgatar da miséria 40 milhões de brasileiros e reduzir a “dantesca desigualdade”



No plenário, senadores e deputados ouvem Antonio Carlos defender a proposta de emenda constitucional

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, apresentou ontem, em discurso no plenário, sua proposta de emenda constitucional que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. O objetivo da emenda, como esclareceu o senador, é resgatar da miséria 40 milhões de brasileiros.

O fundo que apoiará o “mutirão nacional contra a pobreza”, defendido pelo senador, terá recursos de R\$ 6 bilhões a R\$ 8 bilhões ao ano. Com assinatura de 35 senadores (o mínimo exigido é 27), a proposta deverá ser lida na terça-feira e, assim, iniciar sua tramitação formal no Senado.

PÁGINAS 3, 4, 5, 6 E 7



JADER BARBALHO

“A única maneira de lutar contra a pobreza no Brasil é através do combate aos privilégios”



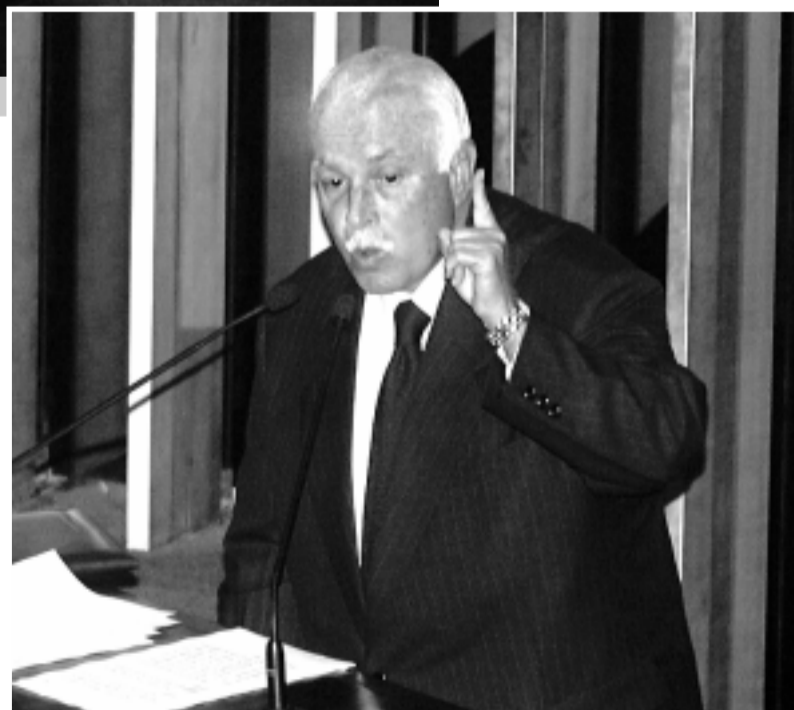
EDUARDO SUPLICY

“Se o objetivo é erradicar a pobreza para valer, estamos abertos a dialogar com quem quer que seja”



JOSÉ ROBERTO ARRUDA

“Proposta mostrará ao homem comum que o Congresso está preocupado com os problemas sociais”



“ Haverá melhor investimento do que combater a pobreza e a exclusão social, melhorando a demanda interna? ”

Advogado diz que dono de consórcio só deixou dívidas para herdeiro

Em depoimento à CPI do Judiciário, ex-inspetor do TJDF se defende de acusações de ter ajudado a dilapidar patrimônio de jovem filho do dono do Consórcio Itapemirim



Depoendo ontem na Comissão Parlamentar de Inquérito do Judiciário, o inspetor de Justiça do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF) Roberto Jorge Dino defendeu-se da acusação de que ajudou a dilapidar a herança deixada por Washington Nominatto a seu filho Luiz Gustavo. Dino fez parte do grupo de administradores judiciais que liquidou os bens do espólio, entre eles o Consórcio Itapemirim.

Segundo o advogado, Nominatto administrava suas empresas de forma caótica e temerária, além de lesar credores e consorciados. Além disso, comprou terrenos e outros bens a prazo. Dino afirmou que mesmo a constituição do Consórcio Itapemirim foi exe-



No depoimento, Roberto Dino (D) afirmou aos senadores Paulo Souto (E) e Carlos Wilson (C) que está sendo vítima de uma farsa

cutada de forma fraudulenta, tendo o empresário integralizado a sua parte no capital utilizando bens superavaliados.

Conforme os cálculos do advogado,

ao morrer, Washington Nominatto tinha bens no valor de US\$ 5.385.427,00 contra dívidas no valor de US\$ 6.039.520,00. Liquidamente, portanto, o pai de Luiz Gustavo tinha dívidas de

US\$ 652.043,00, na versão do inspetor de Justiça. Dino e os demais administradores judiciais – designados pela Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília – são acusados de dilapidarem um patrimônio de cerca de US\$ 30 milhões:

– Estou sendo vítima de uma farsa – disse o advogado. Ele apresentou como sinal de sua inocência o fato de ter sido absolvido das acusações de Miramar e Romel pela Justiça Federal de Brasília, inclusive com o pedido de absolvição por parte do promotor que o indicara.

A mãe de Luiz Gustavo, Miramar da Silveira Rocha, é acusada por Dino de tomar parte da trama para responsabilizá-lo pelo desaparecimento dos bens de Nominatto. Ela teria ocultado bens do espólio e emprestado um carro e uma arma utilizados em roubo seguido de morte na cidade de Sobradinho (DF).

Secretário da Receita voltará à comissão



A CPI dos Bancos elegeu ontem o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) como o seu novo vice-presidente. Ele substituiu o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF),

que solicitou desligamento da CPI por ter sido indicado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para a liderança do governo no Senado.

Com a saída de Arruda, Pedro Piva (SP) foi escolhido pelo PSDB para ocupar uma das suplências na comissão e Romero Jucá (PSDB-RR) passou a ser titular. A presidência da CPI continua com o senador Bello Parga (PFL-MA), que reassumiu suas funções após ter-se licenciado por problemas de saúde.

Também decidiu-se constituir uma comissão para pedir ao presidente da Câmara, Michel Temer, urgência na tramitação do projeto sobre sigilo fiscal já aprovado no Senado. Foi aprovado requerimento do senador Jader Barbalho (PMDB-PA) convocando o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, a voltar à CPI (*ver matéria abaixo*).

Jader espera ouvir propostas

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) cobrou pressa na vinda à CPI do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, para apresentar sugestões de projetos que reduzam a evasão e a elisão fiscal (brechas legais que permitem reduzir o pagamento de impostos). Ele disse que a vinda do secretário não será importante apenas para os trabalhos da comissão parlamentar de inquérito:

– A apresentação de projetos que alterem a legislação brasileira, impedindo que parte das grandes empresas que hoje não pagam imposto, fundamentalmente o Imposto de Renda, deixem de fazê-lo, é fundamental para o país, que enfrenta dificuldades enquanto a imprensa noticia que os bancos registraram um lucro que nunca tiveram no Brasil – afirmou Jader.

Ele lembrou que, quando esteve na CPI da primeira vez, Everardo informou que metade das 530 maiores empresas e 40% das instituições financeiras do Brasil deixam de pagar imposto. O secretário prometeu apresentar sugestões que armariam o governo para combater a sonegação e a elisão fiscal.

“Avaliação da herança está errada”

Roberto Jorge Dino afirmou ontem à CPI do Judiciário que o relatório do Ministério Público sobre os bens do falecido Washington Nominatto, ex-dono do Consórcio Itapemirim, que avaliou a herança em US\$ 24,6 milhões, “é infundado e imprestável”. Ao ser indagado pelo relator, senador Paulo Souto (PFL-BA), como ele explicaria a discrepância entre os US\$ 24,6 milhões avaliados pelo Ministério Público e os cerca US\$ 7 milhões da sua avaliação, Roberto Dino disse que o documento foi feito com base em “inquérito trancado”, o que no jargão jurídico quer dizer “inexistente”.

Roberto Dino, respondendo a outra pergunta do senador Paulo Souto, negou que somas em dinheiro teriam sido depositadas em uma conta corrente, como parte de pagamentos de consorciados.

Ele explicou que recebia, em dinheiro, quantias para aquisição de veículos em outros estados para serem entregues aos consorciados, “mas o dinheiro não ia para qualquer conta bancária minha e ficava

trancado no cofre da empresa”.

O ex-gestor do espólio de Nominatto voltou a assegurar que o Consórcio Itapemirim se encontrava insolvente quando da morte de Washington Nominatto e “devia mais do que dispunha em caixa”. Respondendo a uma indagação do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), Roberto Dino garantiu que tinha conhecimento da situação de insolvência do consórcio desde o início, quando foi nomeado inspetor judicial – mais tarde ele foi designado gestor – do espólio de Nominatto, e que comunicou ao juiz que presidia o espólio a grave situação da empresa, “daí a decisão de vendê-lo”.

Roberto Dino garantiu que todas as decisões dos gestores do espólio foram tomadas “no sentido de resguardar os interesses e bens do menor” Luiz Gustavo, filho e herdeiro de Nominatto, e confirmou ao senador Paulo Souto que sua comissão como pagamento pela gestão do espólio foi de 3% do valor total do inventário.

Ex-presidente do TRT-RJ deporá na segunda-feira

A CPI do Judiciário marcou para as 15h da próxima segunda-feira o depoimento do juiz José Maria de Mello Porto, ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro. Os senadores investigam denúncias de contratações irregulares, desaparecimento de processos administrativos e superfaturamento de obras no TRT-RJ durante a gestão de Mello Porto, entre 1992 e 1994.

Ainda na segunda, às 18h, os senadores da CPI tomarão o depoimento de Rommel Parreira Corrêa, advogado criminal do espólio de Washington L. Nominatto. A CPI vem investigando o caso depois de receber denúncias de que a herança do menor Luiz Gustavo Nominatto, de US\$ 30 milhões, foi re-

duzida a apenas R\$ 900 mil no decorrer do processo de inventário, sob a responsabilidade do atual desembargador Asdrúbal Cruxên, do Tribunal de Justiça de Brasília.

A dilapidação dos bens do herdeiro foi confirmada à CPI pelo advogado Luiz Octávio Amaral, que defendeu a mãe do menor. O próprio desembargador Asdrúbal Cruxên será ouvido na terça, às 17h, pelos senadores da comissão de inquérito.

A CPI decidiu ainda marcar para a próxima quarta-feira, às 17h, o depoimento do ex-juiz da Vara da Infância e Adolescência de Jundiá (SP) Luiz Beethoven Ferreira. Depois de ouvir alguns depoimentos, os senadores suspeitam que Beethoven tenha montado um esquema para retirar o pátrio-poder de mães de crianças e possibilitar adoções de crianças, principalmente por parte de famílias do exterior. A CPI também investiga a remessa de recursos do exterior para o Centro de Orientação do Menor de Jundiá, que intermediaria as adoções.



SEXTA-FEIRA, 6 DE AGOSTO DE 1999

Plenário

▶ 9h - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Proposta de combate à pobreza começa a tramitar na terça-feira

Com um discurso em que conclamou o Congresso a não se omitir, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, apresentou ontem a proposta de emenda constitucional que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. A alteração constitucional, que já conta com assinatura de 35 senadores, deverá



ser lida em plenário na terça-feira e, assim, iniciar sua tramitação formal. Com recursos anuais estimados entre R\$ 6 bilhões e R\$ 8 bilhões, o fundo está sendo proposto com o objetivo de resgatar da pobreza 40 milhões de brasileiros e reduzir o abismo entre a elite e os segmentos menos favorecidos da população.

Objetivo da emenda é resgatar 40 milhões de brasileiros da miséria

Diante de um plenário lotado por senadores e deputados, observados por um grande público nas galerias, o senador Antonio Carlos Magalhães propôs na manhã de ontem a organização e deflagração de um "grande mutirão que, acima de quaisquer ideologias e de interesses menores", venha a erradicar a pobreza no Brasil, num prazo de dez anos. A base dessa proposta é uma emenda constitucional que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e poderá mobilizar recursos anuais entre R\$ 6 bilhões e R\$ 8 bilhões para essa causa.

O presidente do Senado fez questão de apontar como razão de sua iniciativa "o sofrimento diariamente infligido a 40 milhões de brasileiros por uma situação de miserabilidade que nos envergonha e que deslustra os resultados de uma política econômica que tem sido conduzida com austeridade e competência". O senador lembrou que algumas vezes é apontado como responsável por debates de longa ressonância, citando como exemplo mais recente a criação da CPI do Judiciário e os "resultados positivos que já produziu, mesmo estando inconclusos os seus trabalhos".

Antonio Carlos destacou que a existência de 40 milhões de "irmãos nossos vivendo em condições de absoluta pobreza é especialmente frustrante se levarmos em conta que o Brasil não é um país pobre, que nos situamos entre as 10 nações com maior Produto Interno Bruto do planeta". O senador perguntou a seus pares se seria possível "alguém ficar insensível às pessoas que dormem embaixo de viadutos, nas calçadas, com frio e sem agasalho, com fome e sem a perspectiva de alimento".

Sua proposta de emenda constitucional, observou, pretende "minimizar esse cenário de dantescas contradições", por meio de transferências de

renda e outras providências. Ao ressaltar que o presidente Fernando Henrique Cardoso tem manifestado preocupação com a pobreza e procurado agir para reduzi-la, o senador lamentou o contraste entre um Brasil "com moeda estável, inserindo-se na modernidade, avançando na tecnologia e tornando-se mais competitivo para garantir seu lugar entre as nações mais desenvolvidas" e um outro, onde há "grandes camadas do povo brasileiro famintas, sem escola e com precário ou nenhum atendimento médico, vítimas de uma calamitosa desigualdade".

Ao citar os "lucros astronômicos" anunciados pelos bancos para o primeiro semestre deste ano, Antonio Carlos proclamou a urgência e a responsabilidade dos parlamentares com a promoção de um grande mutirão contra a pobreza, "que venha a reduzir o abismo hoje existente entre a elite e os segmentos mais pobres". Ele destacou que o Congresso não poderá omitir-se.

— A presente proposição suscitou no país um movimento conscientizador que não lhe permite sair da pauta antes de uma solução para o problema da pobreza. Ao trazer minha modesta contribuição ocorre-me que um único aspecto não pode, absolutamente, ser modificado. Trata-se da atuação conjunta do poder público com a sociedade civil. Só essa interação será capaz de compensar eventuais falhas ou descuidos dos entes públicos. A efetiva participação da comunidade, principalmente através das organizações religiosas, não apenas consolidará a nossa democracia, como fará, de milhões de brasileiros, hoje excluídos, verdadeiros cidadãos — concluiu.



Antonio Carlos disse que o Congresso não pode se omitir e cobrou um mutirão que venha a reduzir o abismo hoje existente entre a elite e os segmentos mais pobres da população

Fundo terá um total de R\$ 6 bi a R\$ 8 bi por ano

Com a proposta de emenda constitucional que apresentou na manhã de ontem, o senador Antonio Carlos Magalhães deu forma ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza com o qual pretende apoiar o "mutirão nacional contra a pobreza", proposto em seu discurso. O fundo poderá contar com recursos anuais entre R\$ 6 bilhões e R\$ 8 bilhões.

Ao lembrar que "os indicadores sociais brasileiros nos colocam abaixo de países com níveis de renda bem inferiores aos nossos", Antonio Carlos destacou que "o crescimento econômico é, por si só, insuficiente para reduzir o enorme fosso social construído ao longo de nossa história econômica". A intenção do senador é que o fundo ajude a reduzir essas desigualdades, ao longo dos próximos dez anos (a emenda institui o fundo nos exercícios de 2000 a 2010).

Formado por parcelas de diversos tributos e contribuições atualmente existentes, o fundo teria por objetivo financiar programas nas áreas de nutrição, habitação, educação, saúde, complementação de renda e "outros programas de relevante interesse social e voltados para a melhoria da qualidade de vida da população", como destaca o parlamentar na justificativa de sua proposta.

Antonio Carlos lembrou que "a fórmula de utilizar o crescimento econômico como único meio de combater a pobreza gerou, no Brasil dos anos 70, uma das maiores concentrações de renda do planeta". Ele cuidou, na proposta, de preservar as pessoas físicas da relação de fontes de receitas para formar o fundo. No entanto, se as pessoas físicas quiserem, poderão contribuir voluntariamente para o fundo, deduzindo essa contribuição de sua declaração de Imposto de Renda, em termos que serão definidos na futura regulamentação da matéria.

Com 13 fontes de receitas explícitas e definidas, entre as quais contribuições oriundas de taxações de produtos de luxo, bebidas e fumo, além das chamadas contas CC-5, que regulam movimentações financeiras para o exterior, o fundo também prevê a possibilidade de vir a contar com outras receitas, a serem definidas na lei que deverá regulamentá-lo. Um Conselho Gestor, formado por representantes da sociedade e sem "qualquer traço de política partidária", propõe o senador, fará a administração e controle das verbas do fundo.

Sistema financeiro será fonte de recursos

Os lucros do sistema financeiro serão uma das principais fontes de recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, com a criação da contribuição social sobre faturamento das empresas, que atingirá as pessoas jurídicas que faturam acima de R\$ 1 milhão mensais.

Os consultores legislativos Carlos Augusto Bezerra e André Eduardo Fernandes, que assessoraram o senador Antonio Carlos Magalhães na elaboração da proposta de criação do Fundo, explicaram que esta foi a única alteração feita em relação ao primeiro esboço, além da eliminação total da contribuição de pessoas físicas.

Na primeira versão, a contribuição abrangia empresas a partir de R\$ 150 mil mensais de faturamento. Foi aumentada também a alíquota, de 0,5 para 1%. De acordo com os técnicos, o resultado das modificações é que será atingido um universo menor, porém muito mais significativo, de contribuintes, incluindo aí as principais instituições financeiras do país.

Ao lado da contribuição social das grandes empresas, o Fundo contará com outras duas fontes principais: 8% do total dos recursos do PIS-Pasep, e 10% das receitas do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). No total, 13 diferentes fontes estão previstas na proposta de emenda constitucional, com estimativa de arrecadação de R\$ 6 bilhões a R\$ 8 bilhões anuais.

Luta contra miséria entra na ordem do dia, destaca Jader

O líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), afirmou ontem que o principal mérito do projeto do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, de combate à pobreza, foi colocar o tema na ordem do dia do Congresso Nacional. Para ele, a única maneira de se combater a pobreza no Brasil é através do combate aos privilégios, com o que concordou Antonio Carlos.

Segundo Jader, a questão econômica tem monopolizado a pauta do Congresso, e a iniciativa de Antonio Carlos muda esse quadro: "Nem o próprio governo tem conseguido alterar essa pauta e V. Ex^a, com muito *feeling* político, faz o contraponto e introduz essa discussão tão necessária", afirmou o líder.

Jader lembrou que, apesar da crise econômica que atinge a sociedade



Jader Barbalho

brasileira, os 42 maiores bancos tiveram no último semestre o maior lucro da história do país. No entanto, com a proposta de Antonio Carlos, o senador entende que a sociedade brasileira não deverá repetir a rainha Maria Antonieta, que durante a Revolução Francesa, debruçada nas sacadas do Palácio de Versailles, diante dos revolucionários, perguntava por que o povo não comia brioques.

Cardoso. Entretanto, a prática do governo, na opinião do senador, privilegia os banqueiros e inviabiliza políticas sociais, ao comprometer quase 40% da arrecadação com o pagamento de encargos da dívida interna.

Retomando a palavra, o presidente do Senado disse lamentar o pessimismo demonstrado por Freire e fez um apelo para que divergências ideológicas não inviabilizem a discussão.



ROBERTO FREIRE

Medidas compensatórias não bastam

Em aparte concedido pelo senador Antonio Carlos Magalhães, o senador Roberto Freire (PPS-PE) demonstrou ontem descrença com a eficácia da proposta apresentada pelo parlamentar baiano. Para Freire, não se erradica a pobreza por meio de medidas compensatórias, mas somente através de mudanças profundas nos mecanismos que permitem a concentração de renda.

Freire acrescentou que a discussão sobre a miséria faz parte da própria essência das esquerdas e disse que o diagnóstico do problema apresentado pelo senador Antonio Carlos Magalhães não é diferente do que é feito pelo presidente Fernando Henrique



CARLOS PATROCÍNIO

Resultados dependem da "união de muitos"

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) parafraseou Tiradentes ao dizer que não é necessária a união de todos para acabar com a pobreza. Para ele, basta a união de muitos. "Se muitos quiserem, a pobreza será erradicada e poderemos fazer deste país uma nação", afirmou.

Patrocínio disse estar feliz por poder participar da luta para diminuir a pobreza no país. O senador lembrou que a retomada do Proálcool e programas como o de reciclagem de lixo também estão contribuindo para a erradicação da pobreza ao criar novos empregos.



OSMAR DIAS

Coragem de tomar iniciativas diferencia políticos

O que diferencia um político de outro é a coragem de tomar iniciativas. A afirmação foi feita pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR) ao elogiar ontem a iniciativa do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) de propor a criação de um Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Osmar Dias informou que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), da qual é presidente, aprovou requerimento da senadora Heloísa Helena (PT-AL) para a realização de audiências públicas destinadas a ouvir o que a sociedade tem a dizer sobre a erradicação da pobreza.

Segundo o senador, num prazo de 90 dias, as audiências serão realizadas na própria CAS e nos estados, e as sugestões serão encaminhadas à Comissão Mista Especial criada pelo Congresso Nacional para reunir e analisar todas as propostas em tramitação na Casa que tratam da questão.



LUIZ OTÁVIO

Poder Judiciário deve se somar ao combate

Lembrando que a região amazônica detém um dos maiores índices de miséria do país, o senador Luiz Otávio (PPB-PA) saudou a proposta de erradicação da pobreza apresentada ontem por Antonio Carlos Magalhães. Ele sugeriu que se busquem formas de também engajar o Poder Judiciário na luta contra a miséria.

— Assim, ao lado do Executivo e do Legislativo, teríamos mais uma força a se somar nesse combate — afirmou o senador.

Luiz Otávio ressaltou também que sente "orgulho de ter um líder como o senador Antonio Carlos, com poder de decisão e disposição para enfrentar grandes desafios".



MAGUITO VILELA

Erradicação da fome exige vontade política

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) aplaudiu a proposta de erradicação da miséria divulgada ontem pelo senador Antonio Carlos Magalhães, dizendo que resolver o problema da fome no país depende apenas de vontade política. Ele lembrou que, quando governou o estado de Goiás, adotou políticas que tinham como objetivo socorrer com urgência as vítimas da fome.

— O povo não pode esperar — enfatizou Maguito, ao citar números dando conta de que cerca de 50 mil crianças vivem do lixo no país. Defendeu, ainda, a proposta de Antonio Carlos por significar, em sua opinião, uma medida concreta contra a miséria.

O senador por Goiás também ressaltou que o problema da fome é de todo o povo brasileiro e não pode ser uma bandeira exclusiva de qualquer partido político.



SILVA JÚNIOR

Bem feito à Bahia se estenderá a todo o país

O senador Silva Júnior (PMDB-PB) disse ter certeza de que o mesmo bem que Antonio Carlos Magalhães fez à Bahia terá oportunidade de fazer pelo Brasil inteiro, através da concretização de seu projeto de erradicação da pobreza e combate às desigualdades sociais.

Silva Júnior ofereceu seu apoio ao projeto, garantindo que o titular de sua cadeira, senador Ronaldo Cunha Lima, licenciado por problemas de saúde, também trabalhará pelo êxito da proposta, tão logo reassuma seu posto. Ao agradecer o aparte, Antonio Carlos fez votos de que Ronaldo venha a se restabelecer plenamente, em breve.



MARLUCE PINTO

Plenário dá apoio quase unânime ao projeto

Ao registrar seu apoio à proposta apresentada pelo senador Antonio Carlos Magalhães, que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) destacou que as críticas iniciais que o projeto recebeu da imprensa e de alguns parlamentares resultaram na quase unanimidade registrada em plenário em torno do projeto do presidente do Senado.

Marluce Pinto relatou que na presidência da Comissão para Erradicação do Trabalho Infanto-Juvenil viu situações de miséria e abandono em diversos estados brasileiros. Ela disse que na época ficou frustrada por não ver as conclusões do trabalho serem implantadas. "Agora, com a proposta do senador Antonio Carlos Magalhães, sinto que o nosso trabalho não foi em vão", afirmou.



JOSÉ ALENCAR

Sucesso virá com retomada do crescimento

"Não importa a coloração ideológica. O que importa é o bem comum", disse o senador José Alencar (PMDB-MG) ao enaltecer ontem o projeto apresentado pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Ele observou, no entanto, que o combate à pobreza só terá sucesso caso o país volte a crescer economicamente.

Alencar disse que a retomada do crescimento passa pela aprovação da reforma tributária, ressaltando que a iniciativa de Antonio Carlos pode abrir caminho para que um novo sistema tributário seja implantado no país.

Para Alencar, qualquer homem público tem que ter sentimento nacionalista, sensibilidade social e probidade. Essa trilogia, conforme afirmou, encaixa-se perfeitamente no perfil de Antonio Carlos.

Suplicy pede que proposta seja debatida com "espírito aberto"

Para o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a proposta de criação de um Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, do senador Antonio Carlos Magalhães, deve ser debatida com "espírito aberto".

— Alguns poderiam dizer que, sendo do PT, não devia estar dando tanta atenção à proposta de um adversário. Eu disse aos companheiros,

quando decidi dialogar com V. Exa., que se o objetivo é erradicar a pobreza para valer, nós do PT temos que estar abertos a dialogar com quem quer que seja, independente de divergências do passado — afirmou o senador.

Suplicy viu, no discurso de Antonio Carlos, "coisas que muitas vezes estão em nossos (do PT) pronunciamentos". Ele citou como exemplo a referência ao ex-governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, que adotou em seu governo uma sistemática de renda mínima que dá apoio às famílias cujas crianças estejam freqüentando a escola.

— A idéia de um fundo para combate e erradicação da pobreza guarda relação com o Fundo Brasil de Cidadania, que eu propus no ano passado. Podemos aperfeiçoá-la, talvez trazer elementos de minha proposta, que tem inspirações de Thomas Payne e James Tobbin.

Referindo-se a sua proposta de garantia de renda mínima, Suplicy lem-



Eduardo Suplicy

brou que essa idéia vem ganhando apoio e vem sendo adotada em quase todos os países desenvolvidos. Para ele, é importante implementar um modelo que venha estimular o trabalho das pessoas, mas assegurando o mínimo para sua subsistência.

Suplicy referiu-se ainda às objeções à iniciativa de Antonio Carlos colocadas pelo seu colega de oposição, senador Roberto Freire (PPS-PE). Ele lem-

brou que o próprio Karl Marx dizia que numa sociedade mais amadurecida seria dado "a cada um de acordo com sua capacidade, a cada um de acordo com sua necessidade".

Antes de encerrar seu aparte, Suplicy pediu a Antonio Carlos que, se a base do governo puder abrir mão de sua maioria regimental, a senadora Marina Silva (PT-AC), como autora do requerimento, seja indicada para a presidência ou a relatoria da comissão mista criada para estudar as propostas que tratam da erradicação da pobreza.

— Não posso levar esse apelo a nossos colegas por se tratar de problema regimental. Se quisermos fazer as coisas claras, a primeira coisa a fazer é cumprir o Regimento — disse Antonio Carlos, que agradeceu a compreensão, a boa vontade e a erudição de Suplicy.

Senador assina emenda

Ao final do discurso do senador Antonio Carlos Magalhães, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) interveio novamente para comunicar que estava assinando a proposta de emenda constitucional apresentada pelo parlamentar baiano.

Suplicy disse que aderiria à proposta por considerá-la uma importante contribuição para a redução das desigualdades do país. Ponderou, entretanto, que era preciso incluir medidas que permitam a redistribuição das terras, pois o fim da miséria dependeria de uma efetiva reforma agrária.

Respondendo à comunicação de Suplicy, Antonio Carlos disse que se sentia "gratificado" e que a postura do senador de oposição era um "bom exemplo" de como se pode fazer um debate sobre a questão da fome.



MARINA SILVA

Comissão Mista ouvirá sugestões da sociedade

A senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou ontem, em aparte ao senador Antonio Carlos Magalhães, que o importante não é o passado, o que poderia ter sido feito ou quem é o "pai da criança". "Antes tarde do que nunca o governo assume no Congresso Nacional a ineficiência das suas políticas públicas. Foi preciso um membro da base de sustentação do governo assumir publicamente essa falha", assinalou a senadora.

Marina disse que, ao ouvir a proposta de Antonio Carlos para a criação de um Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, pensou imediatamente em

criar mecanismos para que a iniciativa tivesse consequência dentro do Congresso Nacional. O resultado foi a criação da Comissão Mista Especial encarregada de reunir e analisar todas as propostas em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado que tratem da erradicação da pobreza ou visem reduzir as diferenças sociais e regionais.

A comissão, lembrou a senadora, poderá convocar a CNBB, a comunida-

de científica e técnicos para ajudar na análise das propostas e na elaboração de sugestões. "Se a comissão fracassar, é porque era só retórica", assinalou. Marina salientou que falar de pobreza, no caso dela, não é nenhum mérito, pois a conhece de perto. Para ela, o senador Eduardo Suplicy, por ser de uma classe social superior, é que foi além da própria obrigação ao dedicar-se a erradicar a miséria no país.



ROBERTO SATURNINO

Ricos devem pagar mais impostos

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) ressaltou ontem, em aparte ao senador Antonio Carlos Magalhães, que a concentração de renda é da natureza do capitalismo. "Por isso, a redução da pobreza precisa incluir o

sacrifício das 'elites endinheiradas' do país, através de alíquotas diferenciadas de Imposto de Renda. Foi o que a social-democracia européia fez e conseguiu uma redistribuição de renda na região", afirmou.

Segundo Saturnino, no Brasil a classe média paga muito imposto, inclusive de renda. "Mas os verdadeiramente ricos quase nada pagam. É preciso taxar mais a pessoa física de grande fortuna, e não as empresas, porque elas acabam repassando seus impostos para seus produtos e serviços e, no final, é a população em geral que paga a conta", salientou.

O senador pelo Rio de Janeiro disse que o êxito de um programa de erradicação da pobreza está intimamente ligado a modificações na política econômica do governo. "O sistema presidencialista impõe essa dependência", reconheceu Saturnino.



ANTONIO CARLOS VALADARES

Solução do problema requer vontade política

O ataque à pobreza é um assunto da mais alta relevância, afirmou ontem o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ao cumprimentar o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, por iniciar a discussão sobre o problema. Valadares disse que a região Nordeste, à qual pertence, é uma das mais atingidas pela miséria, acrescentando que falta vontade política ao governo para solucionar o problema.

Valadares disse, ainda, que o governo fala da transposição do rio São Francisco como se fosse resolver todos os males, sem atinar para a gravidade da situação. Antonio Carlos agradeceu o aparte e salientou que no combate à pobreza tem de haver um estudo sério por parte do governo em relação ao aproveitamento hídrico dos rios do Nordeste.



JOSÉ EDUARDO DUTRA

Congresso fica livre de agenda do governo

Para o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), o maior mérito da proposta divulgada por Antonio Carlos Magalhães é o de libertar o Congresso da agenda imposta pelo governo. "Se o projeto obtiver resultados, poderá até contribuir para modificar a política econômica do governo que é, em boa parte, responsável pela pobreza do país", disse Dutra.

Segundo o senador, não é possível melhorar o bem-estar da população quando o governo gasta R\$ 60 bilhões ao ano em pagamento de juros.

Ao responder, Antonio Carlos disse desejar que o combate à pobreza represente um denominador comum entre todos os setores da sociedade, inclusive o governo. "Mas, se o governo tiver um peso negativo para o êxito da proposta, vamos levá-la adiante, sem o governo", garantiu.



BERNARDO CABRAL

Críticas partem de grupos sem sensibilidade social

Para o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), as críticas endereçadas ao presidente do Senado pela apresentação de um projeto destinado a erradicar a pobreza no país partiram de pessoas ou grupos que não tiveram a sensibilidade de "pegar a bandeira" e anunciar à nação uma saída de combate à fome e à miséria.

O senador, ao enaltecer a proposta de Antonio Carlos, frisou a necessidade de o país acabar logo com a injustiça social, começando com o firme combate à pobreza, conforme prega o projeto do presidente do Senado. "A pobreza leva à fome, sendo a causadora de todos os nossos problemas sociais", disse Bernardo Cabral.



CARLOS WILSON

Dom Hélder também não teve unanimidade

Ao falar sobre o projeto de Antonio Carlos Magalhães, o senador Carlos Wilson (PSDB-PE) lembrou os ideais de dom Hélder Câmara, arcebispo de Recife que dedicou sua vida ao combate à pobreza no Brasil. "Não se importe com algumas críticas que venha a receber, pois nem mesmo dom Hélder obteve a unanimidade em suas campanhas para minorar o sofrimentos dos mais pobres", disse.

Wilson aplaudiu a sensibilidade de Antonio Carlos ao tratar de um problema que afeta cerca de um terço da população brasileira. "Louvo também sua coragem de propor a todos os congressistas um debate aberto", afirmou.

Ao responder, emocionado, ACM disse que "não poderia receber nenhuma homenagem maior do que a invocação de dom Hélder nesse momento, um homem glorificado que nunca pôde obter o reconhecimento pleno da sociedade brasileira, por ter sido sempre injustiçado".



GERALDO MELO

ACM aborda o grande desafio nacional

Para o primeiro vice-presidente do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN), a iniciativa do senador Antonio Carlos Magalhães de combater a pobreza promove o reencontro do Congresso Nacional com a sociedade brasileira, especialmente as classes menos favorecidas. O presidente do Senado, segundo Geraldo Melo, percebeu o clamor da população e apresentou um projeto destinado a acabar com a pobreza e a miséria, que é o grande desafio nacional deste momento:

— É necessário que a sociedade veja o Parlamento brasileiro como uma instituição destinada a servir à população — disse Geraldo Melo, para quem a proposta de Antonio Carlos demonstra que o Congresso Nacional está atento aos grandes problemas nacionais. No entender do senador, o presidente do Senado merece o aplauso de todos os brasileiros, “já que prestou mais um relevante serviço ao país.”



AGNELO ALVES

Projeto imprime feição social ao Congresso

Agnelo Alves (PMDB-RN), que assumiu esta semana na vaga de Fernando Bezerra, disse que se sentia gratificado por chegar ao Senado no momento em que seu presidente apresentava um projeto para erradicar a pobreza. “V. Exa. está dando uma sacudida no Senado e imprimindo uma feição social ao Congresso Nacional.”

Ele também congratulou a senadora Marina Silva (PT-AC), autora da proposta para a criação de uma comissão mista destinada a discutir os projetos em tramitação no Congresso que combatem a pobreza. “Fui um dos primeiros a assinar o requerimento”, disse Agnelo Alves.

Arruda diz que discussão é parte da agenda positiva



Ao se referir ontem à proposta do senador Antonio Carlos Magalhães, o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), afirmou que “esse é um item típico da agenda positiva”. A iniciativa do presidente do Senado, disse Arruda, vai mostrar ao homem comum que o Congresso está preocupado com os problemas nacionais.

Arruda lembrou que, na Comissão Mista Especial criada para analisar todos os projetos que tratam da erradicação da miséria, partidos políticos, oposição e governo, poderão dar sua contribuição para ajudar a resolver um dos maiores problemas nacionais. Ele parabenizou Antonio Carlos por ter colocado a pobreza na pauta do Congresso, mas fez um reparo às declarações de

que a política social do governo tem sido tímida.



José Roberto Arruda

O líder do governo citou como exemplo o caso do DF, onde o governador Cristovam Buarque fez uma administração voltada para as questões sociais, mas, ao fim do seu mandato, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) constatou que os problemas sociais haviam crescido em Brasília. “Eu, no entanto, prefiro ver o lado positivo da questão”, disse ele.

— Não é necessária celeuma. A proposta é o ponto de partida para chegarmos a algum lugar em favor das populações marginalizadas — afirmou Napoleão, incumbido pela comissão executiva nacional de seu partido de falar sobre a proposta.

HUGO NAPOLEÃO

Proposta é ponto de partida para se buscar solução

Na opinião do senador Hugo Napoleão (PI), líder do PFL, o senador Antonio Carlos Magalhães demonstrou humildade e grandeza ao dizer que a proposta apresentada ao plenário ontem não está acabada, e sim “sujeita ao diálogo e à controvérsia, com a finalidade de que se chegue a um denominador comum”:

— Não é necessária celeuma. A proposta é o ponto de partida para chegarmos a algum lugar em favor das populações marginalizadas — afirmou Napoleão, incumbido pela comissão executiva nacional de seu partido de falar sobre a proposta.

Napoleão também destacou a oportunidade na apresentação da proposta de Antonio Carlos, que pode ser discutida em conjunto com a reforma tributária.

Antonio Carlos agradeceu as palavras de Napoleão, e ao partido.



JOSÉ AGRIPINO

Sinceridade de ACM convenceu a população

Lembrando que o tema da pobreza é antigo, o senador José Agripino (PFL-RN) observou que faltava alguém que tivesse coragem para tomar a iniciativa de tentar erradicá-la. Agripino disse que a chance de um projeto ter êxito no Congresso Nacional é proporcional à força dos seus argumentos e à autoridade de quem o propõe. O senador acredita que a sinceridade com que Antonio Carlos Magalhães apresentou a ideia convenceu a população da seriedade da proposta.

Para Agripino, Antonio Carlos tem argumentos, autoridade e coragem para tocar o projeto adiante e já disse que não deseja que a iniciativa seja apenas sua, mas de todo o Brasil. Agripino ressaltou também a preocupação de Antonio Carlos com os excluídos.



ROMEU TUMA

Fome ameaça mergulhar país na crise social

“Na hora em que o país atravessa um período difícil, Vossa Excelência traz ao debate um assunto que realmente aflige a sociedade brasileira”, afirmou o senador Romeu Tuma (PFL-SP) ao manifestar seu apoio à proposta. Ele disse que se não for encontrada uma solução para o problema da fome, o Brasil poderá viver uma crise social.

Tuma elogiou a iniciativa, dizendo que a proposta é fruto do vigor político e físico do presidente do Senado, aliado ao que ele aprendeu e viu durante toda a vida, a começar pelas aulas e estágios de medicina, onde aprendeu o que a fome pode causar à saúde das pessoas. “Hoje, Antonio Carlos pode, com seu poder de decisão e sua força interior, tentar trazer uma solução definitiva para acabar com a fome”, completou.



SEBASTIÃO ROCHA

Rocha quer plano de metas para enfrentar questão

Caso participe da comissão que vai estudar as propostas para combate à pobreza, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) disse que vai contribuir para que seja estabelecido um plano de metas para o Brasil no campo social:

— Temos que definir quais os principais problemas do país. Se for a fome, que sejam definidos metas e recursos para que se possa alimentar o povo brasileiro, como fez a China — afirmou.

Ressaltando não gostar de expressões como combate ou erradicação da pobreza ou da fome, por soarem populistas, o senador colocou-se à disposição para debater a proposta do senador Antonio Carlos Magalhães de encontrar soluções para a miséria:

— Toda causa nobre deve ter aliados. Pode incluir-me como aliado nesta causa para reduzir a pobreza no nosso país — afirmou.



LUIZ ESTEVÃO

Luta contra as desigualdades é tema do século

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) destacou, em aparte ao senador Antonio Carlos Magalhães, os contrastes sociais no Brasil, onde pessoas morrem por inanição, enquanto outras morrem por excesso de comida.

Estevão lembrou que a humanidade alcançou um importante estágio de desenvolvimento, com avanços na área da medicina e da tecnologia que possibilitaram a melhoria da qualidade de vida da população. Lamentou, entretanto, que muitas pessoas ainda estejam excluídas dos benefícios desse desenvolvimento:

— Por isso, a luta contra as desigualdades sociais constitui o tema mais importante neste final de século — afirmou. Ele elogiou a proposta do senador Antonio Carlos Magalhães e disse que “os parlamentares têm agora a oportunidade de dar a maior contribuição possível ao povo brasileiro, que é acabar com a miséria”.



LEOMAR QUINTANILHA

Senador mostra ter visão de homem público

Solidário à proposta, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) disse ontem que quando Antonio Carlos Magalhães empunha a bandeira de acabar com a pobreza o faz na condição de homem público de larga visão.

Para o senador, com a proposta “a chama da esperança volta a aquecer o coração de milhões de brasileiros”, motivando a todos para o enfrentamento “dessa mazela social que aflige uma parcela considerável da população brasileira”. Ele lembrou que seu estado fica na região Norte que, com o Nordeste, apresenta os índices mais elevados de pobreza no país.

Quintanilha ressaltou que uma das formas de eliminar a miséria é combatendo a concentração de renda e protegendo as pessoas que não têm a quem recorrer. Antonio Carlos agradeceu o apoio de Quintanilha e do seu partido, considerando sua manifestação de alto valor.

Estágios devem ser fiscalizados pelas escolas

Plenário aprova substitutivo de Emilia Fernandes a projeto de lei da Câmara dos Deputados determinando a participação da instituição de ensino no controle da atividade profissional de treinamento dos alunos

O Senado aprovou ontem substitutivo da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) ao projeto de lei da Câmara que determina a participação da instituição de ensino do estudante na fiscalização de estágios profissionais. A proposta altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação, aprovada em 1996:

— A necessária complementação da aprendizagem somente será alcançada por meio do estágio se este ocorrer em condições adequadas,



Proposta de Emilia altera a Lei de Diretrizes e Bases

evitando-se distorções, como utilizar o estagiário como mão-de-obra barata ou designá-lo para tarefas desvinculadas da sua área de conhecimento — argumentou Emilia em seu parecer à Comissão de Educação (CE).

O projeto, de autoria do deputado Paulo Paim (PT-RS), voltará ao plenário para discussão e votação em turno suplementar. Depois de cumprida a tramitação no Senado, a proposta retornará à Câmara dos Deputados.

Suassuna quer o fim de imposto sobre cesta básica

O fim da taxa sobre os produtos da cesta básica foi defendido ontem pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), com base em pesquisa de opinião pública sobre tributação, salário mínimo e cesta básica realizada pelo Instituto Atlântico nas regiões metropolitanas de São Paulo, Salvador e Fortaleza.

Segundo o senador, a pesquisa apontou que a incidência de impostos sobre a cesta básica é mais conhecida entre os pesquisados de maior escolaridade (71%) e os de renda familiar entre 10 e 20 salários mínimos (73%). A maior parcela dos entrevistados (62%) é favorável à diminuição de impostos sobre os produtos da cesta básica e 79% acreditam que os governos estaduais deveriam reduzir o ICMS desses produtos:



Suassuna: "Medida acaba com o imposto do pobre"

— O que se ganha nos impostos gasta-se na saúde com doenças decorrentes da deficiência nutricional — avaliou o senador.

Para Suassuna, a pesquisa reflete a opinião majoritária de que é recomendável a desoneração da cesta básica, a fim de se obter a elevação do poder de compra do salário mínimo, sem prejuízo para o ajuste fiscal ou aumento

nos custos da Previdência:

— Tratando-se de tributos, a desoneração da cesta básica é medida para acabar com o imposto do pobre e a tributação da fome.

Suassuna ainda registrou o 414º aniversário da capital da Paraíba, João Pessoa, que já foi chamada de Frederika, Filipéia, Filipéia de Nossa Senhora das Neves e Paraíba.

Três comissões analisam projeto sobre fumo e álcool

Por força de requerimentos aprovados ontem, três projetos que restringem a propaganda de produtos de tabaco e bebidas alcoólicas serão enviados para análise das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Educação (CE). Somente após receberem pareceres nas comissões é

tabaco e das bebidas são os maiores contribuintes do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), responsáveis por 4,51% de todas as receitas de tributos federais:

— É forçoso reconhecer que qualquer proposição que venha a regular a atividade dessas empresas deve ser analisada sob o prisma econômico e tributário — justificou Gilvam em seu requerimento, que recebeu os votos contrários dos senadores do PT Heloísa Helena (AL), Tião Viana (AC) e Lauro Campos (DF).



Gilvam diz ter dúvidas quanto à constitucionalidade

Autor de dois dos requerimentos, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) diz ter dúvidas quanto à constitucionalidade de alguns dispositivos das proposições. O projeto de lei do Senado 63/99, do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), exemplifica Gilvam, suscita questionamentos, pois, ao obrigar os fabricantes de cigarros e bebidas a gastar um real em campanhas condenando o vício para cada real gasto na promoção desses produtos, pode estar contrariando os limites ao poder de tributar.

Para pedir a análise da CAE, Gilvam argumenta que as indústrias do

senadores acataram o pedido do senador Artur da Távola (PSDB-RJ) de que a CE seja ouvida.

Tramitam em conjunto com a proposta de Suplicy os projetos de lei 97/99, da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), e 159/99, da senadora Marina Silva (PT-AC).



Cândido: "Tese do excesso de servidores é uma falácia"

Cândido diz que governo deixa servidor intranquilo

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) afirmou ontem que o Programa de Gestão de Pessoal (PGP) apresentado pelo governo no último dia 29 de julho é uma prova de que a atual administração "insiste erradamente em eleger o servidor público como o bode expiatório das contas públicas".

De acordo com o senador, o resultado do PGP é "a intranquilidade de 509.437 servidores da União, apesar do objetivo declarado deste novo pacote ser a redução dos gastos com pessoal". Para isso, segundo Cândido, as armas do PGP são o Programa de Demissão Voluntária (PDV), a colocação do servidor em disponibilidade com salários proporcionais, a concessão de licença sem vencimentos e, se isso tudo não for suficiente, a demissão pura e simples.

Em sua crítica, o senador destacou que a tese defendida pelo governo de que o Brasil tem excesso de servidores públicos "é uma falácia". Cândido entende que o que pode existir é "incompetência gerencial":

— Prova disso é que no Brasil existem oito funcionários públicos para cada 1.000 habitantes, enquanto na França a relação é de 40 para 1.000, e na Itália de 91 para 1.000.

A ineficiência da atual política econômica, que tem como características a privatização das estatais e a redução do Estado, mostrou-se "bastante" evidente no Rio de Janeiro, segundo Geraldo Cândido. Ele lembrou que o seu estado concentra mais de 100 mil servidores, para acrescentar que, "como se não bastasse o desemprego estrutural, agora o Rio de Janeiro será a principal vítima desse genocídio trabalhista neoliberal".

O senador lembrou o fato de que, apesar de o governo Marcelo Alencar ter assumido o estado com uma dívida da ordem de R\$ 5 bilhões, demitido cerca de 20 mil trabalhadores e privatizado a maioria das empresas estaduais, deixou para o sucessor mais de R\$ 22 bilhões de endividamento.

Ademir cobra imediata desapropriação no Pará

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) cobrou ontem do ministro de Política Fundiária, Raul Jungman, a imediata desapropriação da fazenda Vale do Rio Cristalino, localizada no município de Santana do Araguaia, Pará. Segundo ele, a fazenda ocupa uma área de 140 mil hectares e já chegou a ser declarada de interesse social para fins



Ademir estranhou ação de estatal contra desapropriação

de reforma agrária através de decreto presidencial. Ele informou que mais de três mil famílias de trabalhadores rurais sem terra aguardam a decisão do governo, acrescentando que a demora está gerando sérios conflitos na região:

— Os trabalhadores e suas famílias estão aflitos e passam fome. Enquanto isso, grileiros e ladrões de madeira estão agindo à vontade com a ajuda de pistoleiros, ameaçando os legítimos clientes da reforma agrá-

ria naquela fazenda — disse o senador.

Ademir Andrade afirmou que a desapropriação da fazenda Vale do Rio Cristalino estava tramitando normalmente no Incra até que a estatal Indústrias Nucleares do Brasil (INB), que vinha desenvolvendo prospecção de urânio na região onde está localizada a propriedade, entrou em cena. A empresa, segundo o senador, teria alegado que a exploração mineral não se coaduna com projetos agropecuários. Ele disse que após a interferência da INB o processo de desapropriação foi paralisado, "jogando uma pá de cal sobre os anseios de várias famílias".

O senador manifestou a sua estranheza com o fato de autoridades ligadas ao setor nuclear terem se esforçado para paralisar a desapropriação.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 — Senado em Pauta
7h — Saúde Todo Dia — Kung fu
7h30 — Especial Unip — Anticoncepção
7h55 — Senado em Pauta
8h — Jornal do Senado
8h25 — Senado em Pauta
8h30 — Entrevista com o senador Roberto Saturnino sobre o imposto para a pobreza
8h55 — Senado em Pauta
9h — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravada em 04/08)
14h30 — Sessão Plenária (representação)
18h30 — Entrevista com o senador Roberto Saturnino.
19h — Cares do Brasil — Diamantina
19h30 — Consulta Marcada — Alcoolismo
20h30 — Entrevista com o senador Roberto Saturnino
21h — Jornal do Senado
21h30 — Consulta Marcada — Alcoolismo

22h30 — Projeto E
23h — Espaço Cultural — Apresentando o show de Geraldo Azevedo

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
9h — Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária (reprise)
Em seguida — Música e informação
19h — "A Voz do Brasil"
Em seguida — Música e informação
20h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Nordeste"
Em seguida — Música e informação.
21h — "Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida — Música e informação
21h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste"
Em seguida — Música e informação